

1 ATA DA 40ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CBH- MÉDIO PARAÍBA DO  
2 SUL, realizada no dia 19 de novembro de 2020 (quinta-feira) com início às 14:30  
3 e término as 17:50 por videoconferência, com a seguinte ordem do dia: **1.**  
4 **Abertura; 2. Aprovação da pauta; 3. Aprovação da ata da 39ª Reunião**  
5 **Plenária Ordinária; 4. Aprovação e lançamento do Edital do Processo**  
6 **Eleitoral CBH MPS 2021 – 2025; 5. Aprovação da Resolução CBH MPS Nº**  
7 **XX/2020 que aprova o calendário de reuniões para o ano de 2021; 6.**  
8 **Disponibilização dos lavabos móveis; 7. Assuntos Gerais; 8.**  
9 **Encerramento; Item 1. Abertura;** O presidente do CBH-MPS, Sr. José  
10 Arimathéa Oliveira (IFRJ) deu início a reunião às 14h e 30min, na segunda  
11 convocação, com quatorze representantes presentes. Deu boas vinda aos  
12 presentes e reforçou as regras de videoconferência. **2. Aprovação da pauta;** A  
13 Sra. Roberta Abreu (AGEVAP) informou que havia sido solicitado previamente a  
14 inclusão de três itens na pauta: A Resolução de hierarquização de áreas  
15 prioritárias, o Recurso do PROTRATAR e o Convênio com a Hungria. O Sr. José  
16 Arimathéa Oliveira (IFRJ) explicou o segundo item, informando que se tratava do  
17 recurso destinado a saneamento básico e disse que esses investimentos  
18 estavam sendo baseados nos resultados da Oficina RX de Saneamento  
19 realizada em Pinheiral, priorizando o apoio a obras e projetos de saneamento  
20 básicos dos municípios, conforme definido naquele momento. Comentou que  
21 existia um valor em torno de R\$3.000.000,00 dividido igualmente entre as duas  
22 vertentes, cujo o valor de obras seria usado como contrapartida nos projetos dos  
23 municípios, mas que nenhum município da região estaria em condições de ser  
24 contemplado pelo PROTRATAR, logo esse valor não poderia ser usado dessa  
25 forma. Informou também que havia a definição de que, caso um recurso não  
26 pudesse ser utilizado em uma vertente, seria utilizado na outra, portanto deveria  
27 ser votado em plenária a autorização para utilização desse recurso para projeto.

28 A Sra. Carin Mühlen (UERJ) explicou o projeto da Universidade Estadual do Rio  
29 de Janeiro com o governo da Hungria, que teve seu início no Fórum Mundial da  
30 Água. Disse que o projeto foi proposto para fazer um levantamento quali-  
31 quantitativo da qualidade da água e definir pontos de coleta de amostragem,  
32 principalmente em locais que não havia muitos pontos de monitoramento.  
33 Informou que já existe financiamento desse projeto e que eles gostariam da

34 parceria do comitê para desenvolvimento na região do Médio Paraíba do Sul. O  
35 Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ) comentou o primeiro item, informando que o  
36 CBH MPS está participando do Projeto Mananciais do CEIVAP, que é um  
37 programa de investimento de recursos em microbacias que requer a seleção de  
38 áreas prioritárias. Informou que o Edital do programa prevê que os comitês que  
39 que já possuem áreas priorizadas terão uma pontuação melhor para começar a  
40 receber o investimento, logo o comitê deveria possuir uma resolução de áreas  
41 priorizadas aprovada para participar desse projeto. A votação foi aberta através  
42 do chat e, não havendo manifestações contrárias, a pauta com as três inclusões  
43 solicitadas foi aprovada com dez votos favoráveis. **3. Aprovação da ata da 39ª**  
44 **Reunião Plenária Ordinária;** A Sra. Roberta Abreu (AGEVAP) informou que a  
45 referida ata recebera considerações da Sra. Flávia Pires (INB) e que estas já  
46 haviam sido incorporadas ao documento. Não havendo manifestações  
47 contrárias, foi aberta a votação no chat e a ata foi aprovada com doze votos  
48 favoráveis. **4. Aprovação e lançamento do Edital do Processo Eleitoral CBH**  
49 **MPS 2021 – 2025;** O Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ) informou que em março  
50 2021 estaria se encerrando o período da atual composição do plenário do CBH  
51 MPS e por isso estariam iniciando o novo Processo Eleitoral. A Sra. Roberta  
52 Abreu (AGEVAP) projetou o edital de convocação para visualização e leitura de  
53 todos os presentes e informou que a diretoria havia solicitado algumas alterações  
54 e considerou que fosse importante a leitura integral do documento, que foi  
55 realizada pelo Sr. Leonardo Guedes (Escritório de Projeto – AGEVAP). O Sr.  
56 José Arimathéa Oliveira (IFRJ) comentou que o processo eleitoral do CBH BG  
57 havia ocorrido inteiramente durante a pandemia em formato virtual, havendo  
58 eleição dos membros e recomposição da diretoria do comitê. A Sra. Vera Lúcia  
59 Teixeira (NVNV) informou que haviam solicitado parecer do CERHI e da  
60 AGEVAP para definir se prorrogariam o mandato ou realizariam a eleição,  
61 recebendo parecer favorável para ambos os casos. Disse que em reunião de  
62 diretoria foi votado pela realização da eleição e, a fim de facilitar e agilizar o  
63 processo, haviam definido que diminuíssem a burocracia dos documentos  
64 solicitados. Comentou que o processo pode ser demorado e citou que o CERHI  
65 deu início ao seu processo eleitoral no começo do ano de 2020 e ainda não teve  
66 seu processo eleitoral de diretoria concluído. Informou que devido ao andamento  
67 do CERHI e questionamentos levantados quanto a eleição do CBH BG, o

68 CEIVAP vinha estudando prorrogar as eleições por seis meses e questionou a  
69 opinião dos demais sobre a prorrogação ou abertura do processo eleitoral do  
70 comitê. O Sr. Luís Eduardo Amorim (P.M. Paraíba do Sul) comentou que o CBH  
71 Piabanha havia realizado a eleição de diretoria sem quaisquer problemas, se  
72 posicionando a favor da eleição, e afirmou que as reuniões virtuais foram um  
73 ganho da pandemia, pois facilitava a participação dos membros que se  
74 encontram mais distantes da sede do comitê. A Sra. Flávia Pires (INB) reforçou  
75 que esse tema foi bastante discutido na diretoria e que o posicionamento definido  
76 foi de manter a realização do processo eleitoral. O Sr. Alan Alves (P.M. Itatiaia)  
77 comentou que via condição de realizar essa eleição virtualmente diante ao  
78 acúmulo de aprendizado com as reuniões e atividades virtuais feitas nesse  
79 período. O Sr. Douglas Muniz (P.M. Barra Mansa) opinou que seria complicada  
80 a realização de uma eleição virtual, já o Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ)  
81 respondeu que via como possível a realização online, mas que seria uma  
82 definição da comissão eleitoral em março 2021 de acordo com a realidade do  
83 momento. Aberto a considerações sobre o edital, a Sra. Vera Lúcia (NVNV)  
84 solicitou que fosse alterada a data contida no edital para que pudesse ser criada  
85 a comissão eleitoral e o Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ) solicitou que  
86 alterassem a redação do texto, trocando a descrição de UD para Secretaria  
87 Executiva. A votação da aprovação do edital foi aberta no chat e não havendo  
88 manifestações contrárias, este foi aprovado com quatorze votos favoráveis. **5.**  
89 **Aprovação da Resolução CBH MPS Nº XX/2020 que aprova o calendário de**  
90 **reuniões para o ano de 2021;** O Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ) lembrou  
91 que todo final de ano era aprovado o calendário do ano posterior e comentou  
92 que devido a dinâmica intensa do comitê, ocorrem mais reuniões do que as  
93 previstas. Leu as propostas de datas de reunião projetadas em tela e sem que  
94 houvesse manifestações contrárias, o calendário foi aprovado com dezoito votos  
95 favoráveis. **6. Disponibilização dos lavabos móveis;** O Sr. José Arimathéa  
96 Oliveira (IFRJ) contextualizou o propósito da aquisição dos lavabos no período  
97 de pandemia e informou que estes não haviam sido destinado aos respectivos  
98 municípios devido a burocracia do Estado, que afirmava que para fazer a doação  
99 de um material, ele deve estar cadastrado no patrimônio estadual. Comentou  
100 que mesmo tendo solicitando urgência devido a situação atual, não houvera  
101 resposta rápida do INEA para esse assunto. A Sra. Carin Mühlen (UERJ)

102 questionou como o jurídico não havia a possibilidade dessa ocorrência. O Sr.  
103 José Arimathéa Oliveira (IFRJ) respondeu que o CBH MPS fizera diversas  
104 doações e não possuíam conhecimento dessa regra de obrigatoriedade de  
105 cadastro do patrimônio no Estado e informou que já haviam tentado junto ao  
106 jurídico da AGEVAP realizar uma cessão provisória. A Sra. Vera Lúcia Teixeira  
107 (NVNV) informou que foram enviadas muitas cartas para o INEA, as quais não  
108 houve respostas e que na semana anterior haviam enviado uma carta ao Sr.  
109 Hélio Vanderlei (INEA) convidando-o para participar da presente reunião  
110 plenária, já tendo levado essa pauta para conhecimento e discussão no FFCBH.  
111 Levantou a preocupação de esses lavabos não sejam utilizados e o MPE  
112 questione essa aquisição como uso indevido e afirmou que o comitê estaria  
113 sendo impedido de fazer ações de inclusão e de comunicação, sugerindo que  
114 deveriam chamar uma comitiva para colocar na mídia que o INEA estaria  
115 impedindo o CBH MPS de promover ações de inclusão social contra a COVID.  
116 O Sr. Douglas Muniz (P.M. Barra Mansa) questionou se não seria possível  
117 realizar um empréstimo dos equipamentos às prefeituras. O Sr. José Arimathéa  
118 Oliveira (IFRJ) informou que estavam estudando junto ao jurídico o termo de  
119 cessão, mas que isso só poderia ser feito a partir de um projeto, mas comentou  
120 que a solução seria problemática pois a responsabilização do equipamento seria  
121 do comitê, que não possui capacidade para administrar e controlar os 19  
122 municípios e informou ainda que o jurídico da AGEVAP informara que essa  
123 cessão também precisaria de uma autorização do INEA. O Sr. Dennis Uiliam  
124 (P.M. Vassouras) comentou que o lavabo foi comprado com o dinheiro público  
125 para ser doado e se o TCE batesse em cima dessa situação, o INEA seria  
126 responsabilizado, sugerindo que essa cobrança fosse feita de forma mais dura  
127 ao órgão gestor. O Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ) questionou se haveria a  
128 possibilidade de ser aprovada algum tipo de resolução a fim de colocar pressão  
129 ao INEA em relação a esse assunto. O Sr. André Luiz Moreira (SOBEU)  
130 comentou que não deveriam se preocupar com o TCE, mas sim ser ético,  
131 tratando com zelo e cuidado o dinheiro público, sugerindo que o INEA não está  
132 agindo desta forma. Propôs que fosse feito um documento onde todos presentes  
133 assinariam, sinalizando para o INEA que a compra desses equipamentos foi feita  
134 com o dinheiro público e, caso não fosse respondida em determinado prazo,  
135 tomariam medidas legais. O Sr. Luís Felipe Cesar (Crescente Fértil) questionou

136 se não seria mais favorável dar ciência ao MPE de todos os ofícios  
137 encaminhados ao INEA até o momento e das medidas que o comitê tomaria. O  
138 Sr. Luís Eduardo Amorim (P.M. Paraíba do Sul) sugeriu que aguardassem a  
139 assinatura do aditivo de contrato antes de realizar essas manifestações formais.  
140 O Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ) concordo com a colocação e contextualizou  
141 a situação, informando que o INEA recebera um parecer do TCE alegando a  
142 ilegalidade do Contrato de Gestão 03/2010 e, como o Contrato 01/2010 era  
143 semelhante, estavam buscando resolver quaisquer entraves que pudessem  
144 ocorrer com a renovação. O Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ) formalizou o  
145 encaminhamento proposto como a elaboração de um documento ao INEA com  
146 cópia ao MPE, para ser enviado após a assinatura do Contrato de Gestão, a fim  
147 de cobrar uma providência urgente para o uso eficiente do bem público adquirido,  
148 trazendo a preocupação quanto a fiscalização do TCE e as informações do  
149 processo: ata com a aprovação em plenária, processo de compra, foto dos  
150 equipamentos e todas as manifestações feitas para o INEA e ao CERHI. Após  
151 votação aberta no chat, o encaminhamento foi aprovado sem manifestações  
152 contrárias, com 12 votos a favor. **7. INCLUSÃO DE PAUTA Aprovação da**  
153 **Resolução de hierarquização de microbacias;** O Sr. Leonardo Guedes  
154 (Escritório de Projetos - AGEVAP) explicou que o GT Mananciais vinha  
155 trabalhando na criação de um novo programa que substituiria o Programa PSA,  
156 ampliando os mecanismos de recuperação das áreas e potencializando a  
157 produção de água nesses mananciais. Informou que o programa estava em vigor  
158 no CEIVAP e o primeiro passo seria a criação de PRISMAs (Projeto Participativo  
159 para Incremento dos Serviços Ambientais na Microbacia Alvo) no qual haveria  
160 algumas microbacias prioritizadas e uma empresa contratada trabalharia sobre  
161 essas. Informou que a proposta de critérios técnicos de hierarquização  
162 trabalhada na CT para o Águas do Médio se alinha com os objetivos do programa  
163 e que na última reunião, na qual a empresa contratada apresentou o Plano de  
164 Trabalho, foi informado que os comitês que possuísem resolução de  
165 hierarquização de microbacias prioritárias sairiam na frente para captação desse  
166 recurso do CEIVAP. O Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ) comentou que além  
167 do Médio Paraíba do Sul, o CEIVAP possuía mais dois comitês que fizeram a  
168 priorização e que essa era uma oportunidade de ter um olhar maior para a bacia  
169 e de trazer mais recursos para a região. Comentou que não houve unanimidade

170 da posição na diretoria do comitê e que levaram a discussão para a plenária para  
171 decidirem se referendariam o estudo da CT para o projeto Águas do Médio,  
172 transformando-o em uma resolução de priorização. A Sra. Vera Lúcia Teixeira  
173 (NVNV) comentou que a ideia seria, se aprovado, ter uma resolução com as  
174 áreas de priorização e os critérios definidos. Disse que foi elencado os seguintes  
175 critérios para o projeto: que a bacia fosse de abastecimento público, que o comitê  
176 tivesse essa resolução aprovada em plenária e a compatibilização com os  
177 critérios da empresa, solicitando que o Sr. Leonardo Guedes explicasse os  
178 critérios utilizados no Águas do Médio. O Sr. Leonardo Guedes (Escritório de  
179 projetos – AGEVAP) apresentou os critérios de hierarquização e explicou que o  
180 Projeto Águas do Médio considerou oito critérios com faixas de pontuação. Disse  
181 que havia a priorização de microbacias com maior porcentagem de pastagem,  
182 maior número de áreas de preservação permanente, menor número de  
183 afluentes, maior proximidade a centros urbanos, que eram mananciais de  
184 abastecimento público, menor tamanho, que abrangiam mais municípios e com  
185 maiores áreas de urbanização. Informou que a proposta do CEIVAP era que  
186 fossem microbacias a montante da captação e apresentou a hierarquização, que  
187 foi elencada na seguinte ordem: microbacia do Rio Barra Mansa, microbacia do  
188 Rio das Flores, microbacia do Rio Cachimbal, microbacia do Rio Turvo,  
189 microbacia da Divisa, e seguiria todas as microbacias presentes no Atlas do  
190 Médio Paraíba do Sul. O Sr. Leonardo Guedes (Escritório de projetos –  
191 AGEVAP) fez a leitura da minuta da resolução para ciência de todos os  
192 presentes e explicou que a validade da hierarquização era de cinco anos pois o  
193 ciclo do Programa Mananciais seria neste mesmo período, podendo o comitê  
194 reavaliar a hierarquização a qualquer momento para o ciclo seguinte. A Sra.  
195 Flávia Pires (INB) disse que havia proposto na diretoria que os critérios  
196 considerassem também as áreas que já haviam recebido recursos do comitê, a  
197 fim de abranger mais áreas dentro da bacia e fazer mobilização em outras áreas.  
198 Informou que também havia conversado com a CT sobre o critério de dispersão  
199 de recursos, uma vez que uma das três primeiras microbacias elencadas na lista  
200 da priorização já recebera recurso anterior do comitê. A Sra. Carin informou que  
201 essa hierarquização foi realizada antes do Plano Paraíba do Sul, mas que as  
202 primeiras colocações iam de encontro com a hierarquização contida nele.  
203 Questionou se a colocação da Sra. Flávia Pires não deveria estar contida no

204 edital, visto que esse critério era de priorização de áreas degradadas e não de  
205 investimento e colocou que deveriam analisar também a escala dos recursos  
206 recebidos. A Sra. Flávia Pires concordou com a sugestão. O Sr. Douglas Muniz  
207 (P.M. Barra Mansa) comentou que o projeto não era apenas de reflorestamento  
208 e produção de água, mas sim um projeto de recuperação da bacia como todo,  
209 sendo mais complexo do que tudo já foi feito em termo de recursos hídricos e  
210 muito além dos outros projetos do comitê, como os contemplados pelo PSA. A  
211 votação foi aberta no chat e não havendo manifestações contrárias, a resolução  
212 foi aprovada com quatorze votos favoráveis. **8. INCLUSAO DE PAUTA Recurso**  
213 **PROTRATAR – aprovação para abrir novo edital de SES;** O Sr. José  
214 Arimathéa Oliveira (IFRJ) reforçou a contextualização feita no início da reunião  
215 e informou que houvera sete municípios aprovados no Edital do SES, sendo  
216 Volta Redonda o primeiro habilitado, mas que não houve interesse do município  
217 em assinar o termo de cooperação para receber esse recurso. Citou que o  
218 segundo e terceiro municípios habilitados foram Itatiaia e Rio das Flores,  
219 seguindo como selecionados, mas ainda não contemplados, os municípios de  
220 Porto Real, Quatis, Rio Claro e Piraf. Quanto ao recurso destinado a captação  
221 de recursos para o PROTRATAR para obras no município, comentou que a  
222 maioria dos municípios da região estão inscritos no CAUC, o que faz com que o  
223 recurso captado pelo CEIVAP via Caixa Econômica Federal se torne inviável  
224 para essas cidades. Informou que nenhum município inscrito estaria habilitado,  
225 o que deixava sem destinação este recurso, propondo, portanto, que a plenária  
226 autorizasse que este valor fosse encaminhado para o Edital do SES,  
227 possibilitando que todos os demais municípios aprovados tenham projetos de  
228 esgotamento sanitário prontos. Propôs, complementarmente, que cerca de 10%  
229 desse recurso (R\$150.000,00) fosse destinado a contratação de um profissional  
230 técnico que pudesse acompanhar a elaboração dos projetos junto ao comitê.  
231 Como terceira proposta, solicitou a aprovação da abertura de outro edital no  
232 início de 2021 para que recebessem a indicação de outros municípios que não  
233 se inscreveram ou não foram contemplados, a fim de que, havendo recurso  
234 disponível, pudessem apoiá-los, dando prioridade no edital àqueles municípios  
235 que não optaram pela privatização do serviço. Informou que os comitês estavam  
236 sendo pressionados para gastar os recursos, logo precisariam de mecanismos  
237 de agilização para a utilização destes. O Sr. Luís Eduardo Amorim (P.M. Paraíba

238 do Sul) comentou o Novo Marco Legal, informando que o FFCBH estaria fazendo  
239 um movimento para retirar a obrigatoriedade de investimento de 70% em  
240 saneamento e afirmou que dificilmente os municípios não iriam privatizar os  
241 serviços, sendo ideal começar a mudar a destinação dos recursos que até então  
242 eram destinados a saneamento, principalmente investindo em melhorar a  
243 estrutura do próprio comitê. A Sra. Carin (UERJ) comentou que para o cidadão  
244 não faria diferença estar pagando para empresa pública ou privada, contanto  
245 que houvesse um serviço de qualidade e que o recurso do comitê iria para o  
246 município e não para a empresa, portanto, opinou que não via necessidade de  
247 distinção entre serviço privado ou público no edital. Afirmou que havia locais que  
248 o comitê poderia investir que não estão envolvidos com a privatização, como  
249 soluções para o saneamento rural, que atualmente possuía um nível precário na  
250 região. O Sr. Luís Eduardo Amorim (P.M. Paraíba do Sul) esclareceu que o valor  
251 de 70% não poderia ser investido em saneamento rural seguindo a lei e  
252 complementou que será obrigação das empresas concessionárias realizar  
253 projetos e tratamento de esgoto dos municípios que optarem pela privatização,  
254 opinando que seria incoerente utilizar o baixo recurso do comitê nessas cidades.  
255 O Sr. Leonardo Guedes (Escritório de Projetos – AGEVAP) complementou que  
256 na legislação apenas 5% do recurso poderia ser destinado a saneamento rural  
257 e disse que no panorama de concessão de serviços que a CEDAE possuía, já  
258 havia metas específicas para as empresas que iriam entrar, havendo um retro  
259 investimento que deveria ser feito para a ampliação do sistema e concluiu que  
260 havendo no edital que a empresa deveria fazer esse investimento, não havia  
261 motivos do comitê investir numa mesma ação. Sugeriu que tentassem trabalhar  
262 módulos unitários individuais para pequenos núcleos urbanos em alternativa ao  
263 saneamento rural. A Sra. Denise Thomé (Vale Verdejante) comentou que o valor  
264 de R\$1.5000.000,00 é muito alto e sugeriu que poderia haver uma reunião  
265 extraordinária com essa pauta para explorar outras possibilidades, tanto para  
266 pequenos municípios quanto para alguma área rural. O Sr. José Arimathéa  
267 Oliveira (IFRJ) respondeu que a proposta de abrir um novo edital seria para que  
268 esses municípios pudessem ser contemplados com os próximos recursos. A Sra.  
269 Carin (UERJ) sugeriu que os editais fossem mais abertos a fim de poderem  
270 realizar projetos de biogás. O Sr. Luís Eduardo Amorim (P.M. Paraíba do Sul)  
271 concordou com a sugestão e informou que no CBH Piabonha já havia feito um



272 edital para projetos alternativos de tratamento de esgoto. O Sr. Leonardo Guedes  
273 (Escritório de Projetos – AGEVAP) informou que o comitê vinha trabalhando para  
274 contornar a questão do zoneamento urbano e rural pois alguns planos diretores  
275 são antigos e há áreas com centro urbano consolidado que são ainda ditas como  
276 rurais. Comentou que vinham utilizando os setores censitários do IBGE como  
277 justificativa diante ao INEA para poder classificar algumas áreas como urbanas,  
278 mesmo que declaradas rurais nos planos diretores. O Sr. José Arimathéa  
279 Oliveira (IFRJ) sugeriu que começassem a pensar em uma segunda versão do  
280 RX Esgotamento Sanitário devido a mudança nas prefeituras e o novo Marco  
281 Legal. Não havendo mais manifestações, foi aberta a votação para a aprovação  
282 do encaminhamento de transferir os recursos de obras para o SES, autorização  
283 para contratar novo profissional técnico para acompanhar os projetos e abertura  
284 de novo edital com propostas de sistemas alternativos. Não havendo  
285 manifestações contrárias, o encaminhamento foi aprovado com onze votos  
286 favoráveis. **9. INCLUSAO DE PAUTA Convênio Hungria;** A Sra. Carin (UERJ)  
287 reiterou a proposta citada anteriormente e reforçou que essa parceria não traria  
288 custo para o comitê nem para a universidade. Comentou que o ministério da  
289 Hungria desejava fazer internacionalização de suas empresas e que a empresa  
290 desse projeto havia recebido recurso para fazer duas visitas ao Brasil, a primeira,  
291 possivelmente na plenária de fevereiro, na qual apresentariam os primeiros  
292 resultados do que estaria sendo levantado para ferramenta de gestão de bacias  
293 e na segunda visita realizar uma interação com as empresas da região a fim de  
294 buscar indicadores, formas de controle e melhorar a estruturação dos dados.  
295 Informou que em paralelo haveria um aluno de doutorado da UERJ que estudaria  
296 os melhores pontos de coleta de amostra para o monitoramento ambiental e  
297 concluiu que essa parceria traria bons resultados e embasamento para o Plano  
298 de Bacias. A Sra. Roberta Abreu (AGEVAP) complementou que o convênio já  
299 está sendo celebrado com a UERJ e a ideia seria celebrar também com o comitê,  
300 portanto a assinatura do acordo de cooperação deveria ser aprovada nesta  
301 plenária. Informou que estava sendo providenciado o acordo feito pela UERJ  
302 para dar embasamento ao acordo do comitê. O Sr. Leonardo Guedes (Escritório  
303 de Projetos – AGEVAP) comentou a metodologia do projeto, informando que a  
304 ideia seria modelar vários parâmetros com baixo número de dados e baixo  
305 recurso e que já estava sendo aplicada em outros países. Não havendo

306 manifestações contrárias, o convênio foi aprovado com doze votos favoráveis.

307 **10. Informe do Comitê sobre os projetos e editais em andamento;** O Sr.

308 Leonardo Guedes (Escritório de Projetos – AGEVAP) informou que o comitê

309 estava com a licitação do Projeto de Esgotamento Sanitário de Itatiaia e o de Rio

310 das Flores na rua e que começaria a trabalhar no termo de referência para os

311 demais municípios que seriam contemplados mediante a aprovação do recurso

312 no Item 8 da presente pauta. Comentou que, quanto a contratação do Cílios do

313 Paraíba para Itatiaia e Quatis, a empresa que havia ganhado não respondeu no

314 prazo estipulado a uma solicitação de alteração da planilha orçamentária, logo o

315 ato convocatório seria lançado novamente. Disse que no edital PROPESQUISA

316 houve três propostas escritas para monitoramento de efluente de estação de

317 tratamento de esgoto e que deveriam rediscutir o plano de trabalho para

318 encaminhar as análises de alguns parâmetros para esses efluentes. Quanto ao

319 edital de Educação Ambiental, informou que houve cinco projetos inscritos e que

320 os resultados da hierarquização seriam divulgados dia 27/11/2020, mas que pelo

321 recurso que o comitê possuía, todos os projetos seriam contemplados. Informou

322 que o edital do PROFORMAÇÃO não teve nenhum interessado, logo esse

323 recurso ficaria parado no momento e sugeriu que para o próximo ano fosse

324 pensada na estratégia de contratação de uma empresa para esse fim, opinando

325 que o edital era pouco atrativo para os professores, havendo bastante trabalho

326 e pouco retorno. O Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ) sugeriu que a plenária

327 autorizasse a reabertura do edital do PROFORMAÇÃO, havendo a opção de o

328 curso ser realizado a distância, após reanálise da Câmara Técnica. A Sra. Carin

329 (UERJ) complementou que a possibilidade de abrir uma modalidade EAD

330 permitia maior participação de profissionais qualificados de outras regiões. A

331 reabertura do edital com realização EAD foi aprovada. **11. Informe sobre o**

332 **andamento das atividades: a) FFCBH;** A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV)

333 informou que no FFCBH vinha sendo bastante discutido o Contrato de Gestão e

334 o Novo Marco de Saneamento, havendo reuniões semanais. Comentou que o

335 TCE reprovou a conta do Contrato 03/2010, o que gerou questionamentos

336 quanto aos demais contratos, portanto houve reuniões com o INEA sobre o tema.

337 Informou que trabalhariam em um projeto para ser encaminhado a ALERJ para

338 que os repasses fossem feitos diretamente, como se houvesse uma conta para

339 a secretaria executiva a fim de não haver o risco de ser arrestado ou que

340 houvesse entraves no repasse de recurso. Reforçou a realização e convidou a  
341 todos para o VIII ECOB 2020 ocorreria entre os dias 01 e 03 de dezembro,  
342 informando que nos mesmos dias haveria também na programação da Rede  
343 Nacional FJRH e a realização do XII ENCOB. O Sr. José Arimathéa Oliveira  
344 (IFRJ) pediu para que todos divulgassem a realização do evento dentro de suas  
345 redes de comunicação. **b) Câmara Técnica;** Não houve nenhuma fala nesse  
346 item. **c) GT Plano de Bacia;** O Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ) informou que  
347 haveria o 2º Seminário do Plano dia 04 de dezembro de 2020 às 10h e solicitou  
348 a participação de todos. A Sra. Carin (UERJ) comentou que o Plano de Ações  
349 recebido não estava estruturado de forma que o grupo considerou adequada  
350 para ser aprovada pela plenária, logo foram feitas considerações sobre o  
351 produto, reuniões com INEA e que deveria ser feita a elaboração de um novo  
352 Plano de Ações. O Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ) comentou que o  
353 questionário do Plano de Ações foi consolidado e o resultado havia sido enviado  
354 para a PROFILL e isto seria trabalhado no seminário. **d) GT Acompanhamento  
355 do Contrato de Gestão (preenchimento do formulário de avaliação digital);**  
356 A Sra. Roberta Abreu (AGEVAP) reforçou a necessidade de preenchimento do  
357 formulário de avaliação, visto que era uma meta do contrato, informando que  
358 este havia sido enviado a todos. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) informou que  
359 durante o ano foi trabalhado para se fazer um novo contrato, com novas metas,  
360 mas que em função da incerteza que ocorria no Estado foi pedido para que  
361 apenas atualizassem o plano de trabalho e orçamento, deixando o restante da  
362 mesma forma. Comentou que estava marcada uma reunião do G4 junto ao INEA  
363 e SEAS para pressionar a assinatura do contrato o quanto antes. **e) GT  
364 Cobrança;** O Sr. Leonardo Guedes (Escritório de Projetos – AGEVAP) informou  
365 que o grupo havia entregado a proposta em uma reunião conjunta da diretoria e  
366 câmara técnica e foi entendido que o trabalho desse GT estava finalizado. Disse  
367 que estava em conversa com o INEA discutindo a operacionalização dessa  
368 proposta e que assim que colhidos os resultados seria apresentado à Câmara  
369 Técnica e mencionou que a proposta era que a partir de 2021 iniciassem com  
370 oficinas setoriais para avançar esse tema. **f) GT Educação Ambiental;** A Sra.  
371 Jaqueline Guerreiro (REARJ) apresentou um resumo do relatório da atuação do  
372 grupo e disse que os oito objetivos levantados foram segmentados em chaves e  
373 que havia sido constituída estratégias para cada uma delas. Quanto ao

374 levantamento de informações, disse que a estratégia seria resgatar a  
375 metodologia RX de Saneamento e que foi construído um questionário como  
376 ferramenta, cujo qual já estaria sendo levantadas possibilidades de refinamento.  
377 Quanto as análises, comentou que os diagnósticos estavam sendo elaborados  
378 diretamente a partir das análises do RX e que utilizavam como metodologia a  
379 autoformação continuada através de diálogo e experiências entre integrantes do  
380 GT, a revisitação e leitura coletiva dos documentos de referência que regem a  
381 Educação Ambiental no que tange os recursos hídricos e uma análise reflexiva  
382 do histórico do comitê na educação ambiental. Quanto a construção dos  
383 indicadores e das matrizes de referência comentou que essa formação  
384 continuada traria não apenas a possibilidade de construções de matrizes de  
385 referência para o futuro plano, mas também possibilitaria um acompanhamento  
386 mais qualificado no processo de construção do Plano de Educação Ambiental.  
387 Comentou que houve integrantes participando da Oficina da Articulação  
388 Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental, que foi o ente coletivo  
389 que construiu os indicadores de monitoramento de políticas públicas de  
390 educação ambiental, e que estes deveriam ser mobilizados para o  
391 acompanhamento e avaliação do Plano de Educação Ambiental quando fosse  
392 implantado. Por fim, observou que o relatório estaria abrangendo todos os  
393 objetivos propostos pela plenária e uma reflexão sobre o processo vivido por  
394 esse grupo de trabalho. A Sra. Ive Muzitano (FIPERJ) ratificou a fala da Sra.  
395 Jaqueline Guerreiro e comentou que vem sendo discutido sobre a transformação  
396 desse grupo em um grupo permanente, visto que as discussões eram bastante  
397 ricas. **g) GT Assuntos Legislativos; h) GT Regimento Interno;** A Sra. Roberta  
398 Abreu (AGEVAP) informou que os dois grupos ainda não haviam se reunido. **11.**  
399 **Assuntos Gerais;** A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) informou que haveria  
400 plenária do CEIVAP dia 27 de novembro de 2020 na qual deveria ser eleito o  
401 novo presidente. A Sra. Carin (UERJ) informou que os editais de mestrado e  
402 doutorado em Engenharia Ambiental da UERJ estavam abertos e que haveria a  
403 possibilidade de mestrado na cidade de Resende. O Sr. Leonardo Guedes  
404 (Escritório de Projetos – AGEVAP) informou que havia vaga de estágio aberta  
405 na Secretaria Executiva do CBH MPS na área de Administração e Comunicação,  
406 solicitando que os presentes compartilhassem a informação. O Sr. Markus  
407 Budzynkz informou que a ADEFIMPA iria realizar o 5º Encontro de Educação

408 Ambiental da Rede de Educadores Ambientais do Médio Paraíba do Sul  
409 (REAMPS) até meados de fevereiro de 2021 e informou que enviaria a proposta  
410 por e-mail para ser encaminhada aos membros do comitê. **Item 8.**  
411 **Encerramento;** Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada pela  
412 Vice-Presidente do Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Médio Paraíba  
413 do Sul, tendo a presente Ata sido lavrada por mim, Larah Emediato Ribeiro e,  
414 depois aprovada, foi assinada pelo Sr. José Arimathéa Oliveira.

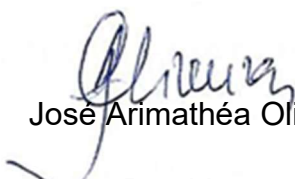
415

416 Volta Redonda, 19 de novembro de 2020.

417

418

419

  
José Arimathéa Oliveira  
Presidente

420

421

422 **Encaminhamentos:** 1. Alterações de data e do termo UD no edital de eleição.  
423 2. Edital de eleição aprovado para publicação após alterações. 3. Elaborar carta  
424 ao INEA com cópia ao MPE pedindo providência quanto aos lavabos, contendo  
425 todos os documentos do processo e ofícios enviados anteriormente, para ser  
426 enviada após a assinatura do contrato de gestão. 4. Aprovada a transferência do  
427 recurso de obras para o SES. 5. Realizar contratação de profissional técnico  
428 temporário para acompanhar os projetos. 6. Redigir novo edital SES contendo  
429 soluções alternativas. 7. Redigir o acordo de cooperação do comitê com a  
430 Hungria para ser assinado. 8. Reabertura do Edital do PROFORMAÇÃO  
431 abrangendo a modalidade EAD. 9. Repassar aos membros do comitê a proposta  
432 que a ADEFIMPA enviaria por e-mail.

433 **Lista de Presença:**

434 **Membros representantes do Poder Públicos:** Douglas Muniz (Prefeitura de  
435 Barra Mansa); Luís Eduardo Amorim Ramos (Prefeitura de Paraíba do Sul); Édna  
436 Andrade de Azevedo (Prefeitura de Quatis); Geovane Alves de Andrade  
437 (Prefeitura de Porto Real); Dennis Uiliam Candido do Carmo (Prefeitura de

438 Vassouras); Fábio Luis de Souza Nogueira (Prefeitura de Pinheiral); Ive Santos  
439 Muzitano (Fiperj); Alan Alves do Nascimento (Prefeitura de Itatiaia).

440 **Membros representantes dos Usuários:** Flavia Pires (INB); Rinaldo José  
441 Rocha (LIGHT); Daiane Valim (SANEAR).

442 **Membros representantes da Sociedade Civil:** André Luiz dos Santos  
443 (APEDEMA-RJ); Denise Thomé da Silva (Vale Verdejante); José Arimathéa  
444 Oliveira (IFRJ); Markus S. Wolfjdünkell Büdzykz (ADEFIMPA-RJ); André Luiz  
445 Moreira da Silva (UBM); Vera Lúcia Teixeira (NVNV); Luis Felipe Cesar  
446 (Crescente Fértil); Carin Mühlen (UERJ); Nilza Magalhães Macário (AEDB) e  
447 Vera Martins (ACAMPAR-RJ).

448 **Ausência Justificada:**

449 **Lista de presença de convidados:** Jaqueline Guerreiro (REARJ), Ramon  
450 (SAAE)

451

452 **Lista de presença de equipe:** Roberta Coelho Machado de Abreu, Leonardo  
453 Guedes, Sabrina Arantes Pires e Larañ Emediato Ribeiro.